



## A revista piauí e os caminhos para a apuração jornalística<sup>1</sup>

Géssica Gabrieli VALENTINI<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

### Resumo

A revista piauí foi lançada em 2006 e, desde então, surgiram muitas suposições e hipóteses sobre sua classificação, seja de profissionais de comunicação, do público ou de pesquisadores. Seria Jornalismo Literário ou *New Journalism*? Herança da revista Realidade ou paródia da americana The New Yorker? Ao lançar um olhar sobre a publicação, percebe-se que mais importante do que buscar aproximações ou enquadrá-la em categorias existentes é identificar contribuições relevantes como, por exemplo, seu esforço por uma apuração minuciosa. Assim, através dos procedimentos metodológicos do estudo de caso e da revisão bibliográfica, a partir de uma amostra de três reportagens, buscou-se refletir sobre a importância dessa etapa do processo jornalístico. Os resultados visam motivar a discussão e a busca dos caminhos possíveis para a construção de cada realidade.

**Palavras-chave:** Fundamentos do jornalismo; Narrativa; Revista piauí; Apuração.

### Introdução

Francenildo dos Santos Costa, caseiro conhecido por ter seu nome envolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, mesmo inocentado das acusações, desde o episódio ainda é reconhecido na rua e nunca mais falou com o pai. Dilma Vana Rousseff, hoje presidente da República, não tem mestrado e nem estava cursando doutorado, conforme as informações contidas na plataforma *Lattes* e no endereço eletrônico da Casa Civil, da qual era Ministra-Chefe na ocasião da reportagem. Enquanto isso, os ministros do Supremo Tribunal Federal bocejam nas sessões, diante de decisões importantes ao futuro do País.

Essas informações foram publicadas em narrativas da revista piauí e conseguidas através de um dos passos mais importantes do processo jornalístico: a apuração. Inclusive, algumas foram divulgadas com exclusividade, mesmo tratando-se de um veículo de comunicação com periodicidade mensal.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, email: gessicavalentini@yahoo.com.br.



É nessa perspectiva que este artigo foi arquitetado, visando refletir sobre alguns aspectos do processo jornalístico, especificamente da apuração. Sobretudo, o tema foi escolhido por ser reconhecido como um dos diferenciais da revista, em relação aos procedimentos adotados por outros veículos de comunicação.

A metodologia utilizada na análise foi a revisão bibliográfica e o estudo de caso essencialmente de três reportagens, escolhidas por se destacarem pela apuração rigorosa e pela divulgação de informações importantes e até mesmo novas. Na análise, procurou-se reconstituir alguns passos da captação, através das informações do próprio texto. O objetivo foi compreender a relevância e a elaboração de estratégias possíveis ao jornalismo.

### **Caminhos para a apuração jornalística**

Ao iniciar um estudo sobre a revista *piauí*, é preciso reconhecer as suas especificidades. A liberdade como estratégia na proposta editorial e a apuração em um tempo que pode ser sinônimo de meses, além de recursos financeiros suficientes para isso, transformam valorações em ressalvas. Contudo, não há como deixar de reconhecer na revista uma referência, senão conseguida pelos profissionais, a ser encarada como possibilidade, seja na busca de pautas e informações interessantes e relevantes ou na constituição do texto.

A *piauí* foi lançada em setembro de 2006 na Festa Literária (Flip) de Parati, evento anual ocorrido na cidade de Parati, no Rio de Janeiro. A escolha já denota um caráter intelectual da publicação. Para os editores, a mistura incomum de reportagens políticas com histórias em quadrinho, revelações do mundo econômico com poesia, perfis de esportistas com tolices bem humoradas agregou uma faixa de leitores que estava ausente nas revistas: os jovens. A constatação vem dos dados da Abril Assinaturas, pois atestam uma vendagem duas vezes maior em bancas próximas às grandes universidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Campinas e Recife.

Além disso, já pelo nome a revista causa estranhamento. Nenhuma relação com o Estado, apenas foi escolhido por possuir uma sonoridade bonita, entre outras explicações. Diversos aspectos foram supostos e expectativas criadas. Seria a revista herança de publicações como a *Realidade* ou a americana *The New Yorker*? Seria *New Journalism* ou *Jornalismo Literário*?



Nesta trilha de investigação seguem diversos trabalhos científicos, artigos, monografias, dissertações, entre outros. Por outro lado, em todas as entrevistas que concedeu, o idealizador da revista, o editor e documentarista João Moreira Salles, contraria as afirmações e ainda declarou: “Existe bom jornalismo e mau jornalismo. Só. Jornalismo literário é um nome pomposo, que quer se aproximar da eternidade da literatura. Tem a pretensão de ser algo maior que eu não acho maior. O que a *piauí* faz é contar bem uma história”<sup>3</sup>.

Salles também afirmou que a pretensão da *piauí* não é ressuscitar experiências progressas, como Realidade, nem copiar sucessos duradouros, como The New Yorker, embora confirme a admiração por ambas as publicações. Assim, diante do evidente hibridismo de gêneros, formatos e até mesmo de conteúdo, entendemos que tentar enquadrá-la em categorias existentes poderia restringir as possibilidades de uma pesquisa, além de contradizer o ensejo dos profissionais.

Nesse sentido, *piauí* se autodefine como uma revista de jornalismo, ideias e humor. O texto de anúncio do lançamento da revista convoca o leitor que gosta de ler e

de histórias com começo, meio e fim. Como não se inventou nada melhor do que gente (...), a revista contará histórias de mulheres e homens. Ela pretende relatar como pessoas vivem, amam e trabalham, sofrem ou se divertem, como enfrentam problemas e como sonham. *piauí* partirá sempre da vida concreta, da experiência vivida, do testemunho, da narrativa e não do Google. (*piauí*, 2006. Encarte promocional enviado para os assinantes da editora Abril).

Parte-se então da constatação de que o jornalismo praticado não é novo, tampouco a proposta inovadora. O fato de remeter a outras publicações e até mesmo personagens do cenário jornalístico, como João do Rio e Euclides da Cunha, por aspectos como a narração minuciosa e a vivência da realidade, sinaliza isso.

Assim, a revista é encarada como um diferencial, mas principalmente ao conhecer reflexões como a de Medina (2008). De acordo com a autora, ao longo do tempo houve uma hegemonia da especialização técnica e tecnológica. Estabeleceu-se então um paradigma cientificista-tecnicista, responsável por uma reprodução de formatos, técnicas e padrões, os quais refletem o próprio mundo contemporâneo. O jornalista e o jornalismo seriam, então, reflexos de um cenário caótico, assumindo a difícil tarefa de organizá-lo.

No mesmo sentido, Paul Ricoeur pondera as narrativas como um meio de reconfigurar a nossa confusa e difusa experiência temporal. Para ele, “o tempo torna-se

---

<sup>3</sup> Trecho da entrevista acima citada, retirada do site [www.comunique-se.com.br](http://www.comunique-se.com.br). Acesso em 20 out. 2008.



humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. (1994, p. 15).

Medina ainda sugere a sensibilidade como aparato necessário a essa organização do caos: “A plenitude dos cinco sentidos no repórter afeto ao acontecimento lhe dá condições para ensaiar uma compreensão da dinâmica do caos em seus múltiplos códigos”. (MEDINA, 2008, p. 107).

Ao analisar as reportagens da piauí de uma perspectiva atual e contemporânea, além de permanente, muito mais do que do que factual, percebemos essas considerações. Há sensibilidade e através dela uma mediação nas relações sociais, principalmente na revelação de informações importantes à sociedade.

Essa perspectiva da atualidade, mesmo analisando a reportagem anos depois de ter sido escrita, ocorre em “O caseiro”. Trata-se de um perfil feito por João Moreira Salles e publicado na edição número 25, de novembro de 2008. O personagem é Francenildo dos Santos Costa, envolvido na Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – dos Bingos. Já pelo subtítulo é possível perceber um posicionamento da narrativa: “De como todos os poderes da República - Executivo, Legislativo, Judiciário, polícia, imprensa, governo, oposição - moeram Francenildo dos Santos Costa”. A utilização do verbo “moer”, além de não ser usual em um texto jornalístico, coloca o personagem na posição de vítima, ideia reforçada pelo primeiro parágrafo:

Francenildo dos Santos Costa era caseiro, tinha 24 anos, quatro bermudas, três calças jeans, cinco camisetas, três camisas, cinco cuecas, três pares de meia, dois pares de tênis, um sapato e um salário de 370 reais quando tudo começou, em março de 2006. (PIAUI, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO<sup>4</sup>.)

O autor não estava lá durante o acontecimento, mas a precisão de dados revela um cuidado na apuração. A informação se revela importante à medida que compreendemos a construção como uma defesa. Afinal, a pessoa cujos pertences poderiam ser contados estava sendo acusada de ter sido beneficiada por dinheiro público. Além disso, dá uma dimensão do que está por trás da acusação ao relatar que o inquilino da casa, Vladimir Poletto, dobrou o salário do casal e em troca fez um estranho pedido: “O que acontecer aqui, você não conta a ninguém, principalmente ao dono da casa.”.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-25/anais-de-brasilia/o-caseiro>. Acesso em 20 de maio de 2011.



A narrativa continua revelando quem eram os frequentadores do local: homens de Ribeirão Preto, onde haviam se conhecido durante as duas administrações do Partido dos Trabalhadores, alguns mexiam com máquinas lotéricas, outros ocupavam cargos públicos. De acordo com o depoimento de Francenildo, o “patrão” era o então Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A casa foi desocupada, ele ganhou outro patrão, mas a história não acabou:

A poucos quilômetros da casa, no Congresso, começava a entrar nos eixos a engrenagem que o moeria. A Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a atividade dos bingos acabava de chegar ao nome de Vladimir Poletto e Rogério Buratti. No dia 26 de janeiro de 2006, Francenildo acompanhou pela televisão o depoimento de Antonio Palocci à CPI. Num ambiente de cordialidade, o ministro respondeu a todas as perguntas. “Vossa Excelência não esteve nenhuma vez na casa que ele [Poletto] alugou no Lago Sul?”, perguntou o senador Garibaldi Alves, do PMDB. “Não, não estive nenhuma vez”, respondeu Palocci. (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

Como o Ministro negara a presença no lugar, chamaram o motorista e logo também Francenildo. Desenrola-se a história de como ele chegou à Brasília, aos 15 anos, com dinheiro emprestado para pagar a passagem, e de como, embora recebesse tão pouco e não tivesse acesso à casa principal enquanto estava ocupada, foi construído o rumor em torno de sua participação no esquema de propinas:

A partir do depoimento do motorista, a CPI decidiu procurar uma das empregadas da casa do Lago Sul, chamada Neuma [sic], e seu marido, ainda não identificado, que trabalhava de caseiro no local. Há informações de que ele teria levado malas de dinheiro a Ribeirão Preto, viajando de carro, junto com Poletto. (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

Segundo a reportagem, o motorista não falara em malas de dinheiro na CPI, mas, de alguma forma, a falsa notícia chegara ao jornal. O autor descreve nomes e situações de pessoas que convenceram o caseiro a depor e a dar entrevistas, prometeram dinheiro e fama. A busca de informações para a construção do texto parece ter se concentrado em sustentáculos dessa perspectiva, pois o texto narra as contradições de todos os envolvidos e a fragilidade do protagonista, como exemplificado:

A oposição não podia desejar presente melhor: um caseiro nordestino e imigrante que desmontava com palavras simples a versão do ministro mais poderoso de um governo presidido igualmente por um imigrante nordestino. “É um Davi capaz de enfrentar vários Golias”, peroraria o opositor Arthur Virgílio, falando, como de hábito, para os autos. (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).



Além do significado como um todo, há aí também outra palavra não usual: “peroraria”, cujo o sentido é “falar a favor de”, “advogar” ou “defender”. Essa permissão a verbetes não coloquiais é uma das características desde autor e também da revista e isso denota o perfil dos leitores ainda mais.

A quantidade de personagens envolvidos no caso e na narrativa remete a dezenas de entrevistas, pesquisas a documentos e outras fontes. O resultado da apuração, de mais de um ano, mostrou os equívocos cometidos principalmente pela imprensa ao contar aquela história. Ao lermos essa reportagem, percebemos um tom de justiça, como se a intenção fosse contar uma versão desconhecida: a do caseiro e das pessoas diretamente ligadas a ele. É como se ele fosse apresentado como o maior prejudicado, e isso fica claro em episódios como o primeiro depoimento à CPI:

Na manhã seguinte, quinta-feira, 16 de março, Wlício chegou à casa de Francenildo às sete e meia da manhã. Deu uma olhada na roupa que ele escolhera para se apresentar à CPI - camisa pólo, jeans e sapato - e recomendou que tirasse o boné porque 'não dava credibilidade'. A caminho do escritório, rezaram juntos em voz alta, “porque tudo isso era muito novo para a gente”. (PIAÚÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

Utilizando declarações irônicas, como se houvesse um descaso com o depoimento, Salles também cita momentos em que os parlamentares esquecem ou erram o nome do personagem:

Enquanto um cordão de policiais retirava Francenildo da sala, ouviu-se a última manifestação do dia. Era o senador governista Magno Malta, aproveitando as câmeras ainda ligadas: “Quero deixar claro que não fui contra a vinda do senhor... do senhor...” E esticando a cabeça para ler a plaquinha diante da cadeira agora vazia: “... do senhor Francenildo dos Santos Costa.” [...] A sessão terminava como havia começado, com um senador que não se dera ao trabalho de guardar o nome da testemunha interrogada. Francenildo se lembraria do que sentiu naqueles momentos: ninguém sabia quem ele era, e ninguém se importava. (PIAÚÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

As cenas seguintes narram como a Polícia Federal fez com que, ao assinar os papéis, Francenildo abdicasse do direito de ir e vir e passasse a ser tutelado pela PF. Enquanto isso, quebravam ilegalmente seu sigilo bancário:

Era um pedido insólito. Quando há suspeita em relação à movimentação de um correntista, o canal institucional da Caixa a ser acionado é a Superintendência de Controle Interno, que, por sua vez, se descobrir razão sólida para aprofundar a averiguação, acionará o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Coaf, agência ligada ao Ministério da Fazenda cuja atribuição é exatamente investigar movimentações atípicas de dinheiro. Mattoso confirmou à polícia que pediu a impressão dos extratos do caseiro, e



não usou os canais de praxe, “tendo em vista o adiantado da hora”. (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

Conforme a própria narrativa, mesmo fazendo parte da história, o então presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, não quis dar entrevistas e citar isso é uma forma de justificar a ausência do depoimento. O texto obedece a uma ordem cronológica, sendo somadas às histórias os depoimentos atuais, feitos pelo autor.

O momento crucial ocorre quase no fim da narrativa, escrita num formato aproximado a um conto. É quando ocorrem as piores consequências da quebra de sigilo: Francenildo precisa contar que recebeu dinheiro do pai em troca de não exigir o reconhecimento da paternidade. Não só ficou conhecido, como toda a família. O personagem conta ter pensado em suicídio diante da situação e com a descrença em relação a sua história.

Francenildo, aflito, correu para comprar um cartão e ligar para o pai em Teresina. Tentou três vezes. Na quarta, conseguiu. “Alô?” Era a voz surpreendentemente suave do pai. “Eurípedes” - nunca teve liberdade de chamá-lo de pai -, “descobriram o dinheiro na minha conta e vão procurar você”, disse. Sem saber direito quem eram *eles*, e no que o filho estava envolvido, Eurípedes respondeu: “Deixa eles ligarem.” Foi a última vez que Francenildo conversou com o pai. (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

Aproximando-se do desfecho, a ironia torna-se mais evidente e até mesmo explícita, como neste trecho: “Outro momento: Ao tentar sugerir ao país que o homem que comprometera Antonio Palocci corria risco de vida, a oposição, com histrionice e jogo de cena, acabou por jogar Francenildo num programa que, ironicamente, só servia aos interesses do governo.” (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

A ironia prossegue citando o inquirido que inocenta Francenildo de todas as acusações e expõe situações nas quais a própria história é comédia, se não prescindisse de uma tragédia.

“Quero saber em que condição o meu cliente vai ser ouvido aqui hoje”, perguntou-lhe Wlicio: “Na de vítima ou de acusado?” O delegado respondeu: “Nem de vítima, nem de acusado, mas de investigado.” “O que é a mesma coisa que indiciado. Só muda a palavra”, replicou Wlicio. “Qual o crime?” O delegado se ajeitou na cadeira e, meio sem graça, respondeu: “Lavagem de dinheiro.” O advogado desabafou: “Procede. A mãe dele é lavadeira.” (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

O humor e a ironia continuam através do relato do embate entre Francenildo e o banco. Quando o personagem tentou mexer na conta bancária, acabou bloqueando o



cartão. Ao entrar na agência para solucionar o problema, o funcionário lhe indicou uma fila, a qual teve de enfrentar:

Consultou seu saldo - mil e poucos reais - e foi embora, não sem pensar no que acabara de lhe acontecer: “Eu demoro quase três horas pra conseguir ver a minha conta e eles, quando quiseram, conseguiram na mesma hora.” [...] “Eu quero conhecer a justiça”, ele diz. “Depois que ela trabalhar, então eu posso aceitar 35 mil reais. Eu esperei até hoje, espero mais um pouco. Eu quero que a Caixa cometa um crime. Aí, sim.” Com um sorriso nos olhos, acrescenta: “E quando sair a indenização, nem precisa dar o número da conta, eles já têm.” (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

Algumas características de opinião e passos da apuração também são registrados pela própria narrativa:

Como é da sorte dos anônimos, os detalhes que dizem respeito a Francenildo foram perdendo suas nuances, até desaparecerem na indistinção. Esta reportagem foi apurada ao longo de um ano. Durante esse tempo, boa parte das pessoas entrevistadas se lembrava apenas vagamente do caso. Sabiam que envolvia Palocci e um caseiro. E se lembravam do dinheiro na conta de Francenildo. Muitas pessoas iniciaram a conversa com a pergunta: “É sobre aquele caseiro que recebeu dinheiro?” (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

A reportagem finaliza com um depoimento igualmente irônico que sugere indignação e impunidade através da escolha da afirmação:

Francenildo ainda é reconhecido na rua. Há dois meses, ele e Wlicio foram a um restaurante. Na saída, Francenildo passou pelo banheiro e voltou de lá meio sem graça. Tentou sorrir, mas não era bem um sorriso. “O que foi?”, perguntou Wlicio. Ele respondeu: “Um senhor me reconheceu no espelho. Me disse: ‘Você não é o caseiro que derrubou o Palocci?’” Francenildo desviou o olhar e completou: Eu queria que algum dia alguém dissesse assim pra mim: “Você não é o caseiro que quebraram o sigilo, que expuseram a vida e que nunca mais conseguiu falar com o pai?”. (PIAUÍ, NOVEMBRO DE 2008, ARQUIVO ELETRÔNICO).

Segundo Salles, o objetivo da revista é levar a informação sem o vício do comentário pessoal e, por isso, há o privilégio pelo relato. Por outro lado, reportagens como esta, feita pelo próprio editor, deixam nítidas as escolhas, desde a pauta até os protagonistas da história, e a construção autoral. Mesmo assim, esses juízos de valor estão ancorados em meses de apuração e uma quantidade de informações que nos levam a acreditar na valoração, mesmo muitas vezes sendo um risco acatarmos os direcionamentos baseados em impressões do autor.

O mesmo ocorre na reportagem “Mares nunca dantes navegados”, da edição 34, de julho de 2009. O objetivo da narrativa é contar a história da personagem, a então



ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Ao checar as informações, o repórter Luiz Maklouf Carvalho descobriu algumas inconsistências. O site oficial da Casa Civil informava que a ministra é mestre em Teoria econômica pela Universidade de Campinas (Unicamp) e doutoranda em Economia monetária e financeira pela mesma universidade.

Da mesma forma, na Plataforma *Lattes*, a base de dados de currículos e instituições das áreas de ciência e tecnologia, o currículo de Dilma registrava um mestrado em ciência econômica, na Unicamp, em 1978-1979, com a dissertação “Modelo energético do estado do Rio Grande do Sul”, sob a orientação do professor João Manoel Cardoso de Mello.

Além disso, ela teria começado, em 1998, um doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, embora não haja o nome do orientador nem do projeto supostamente em andamento. Na sequência, o autor traz os caminhos de sua apuração e como descobriu os equívocos nos dados do *lattes* e da Casa Civil:

“Dilma Vana Rousseff nunca se matriculou em nenhum curso de mestrado na Unicamp”, informou o diretor de registro acadêmico Antônio Faggiani. Pedi que, além de consultar no sistema informatizado, ele verificasse também o arquivo morto, que abriga os documentos em papel da Unicamp. Isso feito, Faggiani confirmou a informação: “O que existe, oficialmente, é a matrícula no curso de doutorado, em 1998, abandonado em 2004, quando acabou o prazo para a integralização dos créditos.” (PIAUI, JULHO DE 2009, p. 29).

As informações parecem ter sido mais decorrência de uma apuração empenhada do que uma tentativa de buscar incongruências capazes de desmoralizar ou deixar a personagem em uma situação constrangedora. Mesmo esses dados, considerados “furos” de reportagem, estão diluídos no restante da narrativa, entre diversos outros aspectos da vida de Dilma.

Diante da incongruência dos dados, a personagem pôde se manifestar: “‘Fiz o curso de mestrado, mas não o concluí e não fiz dissertação. Foi por isso que voltei à universidade para fazer o doutorado. E aí eu virei ministra e não concluí o doutorado.’ Em resumo, o site da Casa Civil está errado: Dilma não é nem mestra nem doutoranda”. (PIAUI, JULHO DE 2009, p 30.)

O mais importante é reconhecer que esse acontecimento, revelado pela revista, se transformou em manchete de outros veículos de comunicação, inclusive de jornais, que valorizam mais o caráter factual e imediato. Neste caso, no entanto, prevaleceu outra característica de um fato para se tornar jornalístico: a novidade.



De certo modo, esses exemplos ilustram que o jornalismo pode ser do presente sem necessariamente significar imediato e ser novo sem obrigatoriamente ter acontecido no dia anterior. É essa capacidade que dá ao jornalismo a possibilidade de se transformar em arte e até mesmo em literatura, conforme a associação feita por Olinto, para o qual “O dilema, perigoso e sutil, que o jornalista tem de enfrentar, é o da atualidade e da permanência”. (2008. p. 42).

Durante os meses de captação, outro jornal ou revista poderia revelar as informações antes. Ainda assim, o repórter optou pelo término da apuração e muitos dados continuaram novos.

A série de reportagem sobre Supremo Tribunal Federal (STF), nas edições 47, 48 e 49, também traz uma abordagem inusitada. Esta é impulsionada por informações que atraem a atenção do leitor desde o subtítulo da primeira reportagem, na edição 47, de agosto de 2010: “Data Vênia, o Supremo”: “Picuinhas se imiscuem em decisões importantes, assessores fazem o serviço de magistrados, ministros são condenados em instâncias inferiores, um juiz furta o sapato do outro – como funciona e o que acontece no STF”.

Nesta concepção, percebemos que a subjetividade do repórter Luiz Maklouf Carvalho foi determinante e, ao mesmo tempo, a singularidade explica como o jornalismo é capaz de produzir informações novas. Nesta reportagem, isso é evidente já no início do texto:

O primeiro bocejo foi do ministro José Antonio Dias Toffoli. Com as mãos em concha, sobre a boca. Depois foi Gilmar Mendes, com a proteção de uma das mãos, e por três vezes em menos de dez minutos. Marco Aurélio Mello o seguiu, com dois bocejos. Eles escutavam Ellen Gracie ler um relatório. (PIAUI, AGOSTO DE 2010, p. 37).

Neste trecho, a observação é a forma de apuração predominante. O registro da cena, embora possa parecer um detalhe insignificante, revela muito sobre personagens e sobre a intenção do autor. Os personagens parecem entediados diante de um discurso sobre uma ação contra dois deputados federais denunciados por fraude em licitação que tramitava no Supremo Tribunal Federal desde 2007 e prescreveria exatamente no dia seguinte. Temos aí, ao mesmo tempo, a importância do órgão e a aparente falta de zelo com as causas. Neste caso, um dos réus foi absolvido e o outro não. Porém, a discussão começou para a absolvição de ambos, com sugestões ilegais:



Quando o presidente Gilmar Mendes ia proclamar o resultado, o advogado do condenado apelou pelo bom-senso: que os dois acusados fossem absolvidos. O ministro Ayres Britto, num mau momento, sugeriu a suspensão do prazo de prescrição, como se fosse possível. [...] Diante do bafafá e da pressão, um constrangido Lewandowski disse: “Eu reajusto o meu voto e absolvo ambos os réus.” (PIAUI, AGOSTO DE 2010, p. 37).

Este trecho antecede uma análise feita pelo repórter, como se estivesse exemplificando, e o juízo de valor emitido posteriormente fosse justificável, a partir de situações concretas:

Órgão máximo do Judiciário e sustentáculo da República, o Supremo Tribunal Federal é uma instituição que toma decisões de afogadilho, sem muita lógica – como a mudança de voto de Lewandowski. Mas sempre as recobre de pompa, de um linguajar precioso que faz sobressair as observações maldosas. Picuinhas se imiscuem em discussões importantes. Assessores fazem o serviço de magistrados. Há ministros que foram condenados em instâncias inferiores. Um, cujo pedido de impeachment só não foi encaminhado ao Senado porque o corporativismo prevaleceu. Outro, que chamou o colega de chefe de capangas. Até a eleição do seu presidente se dá em terreno incerto. (PIAUI, AGOSTO DE 2010, p. 37).

Quanto à eleição, o autor trata o procedimento adotado como “regra costumeira e singular”, entre aspas, pois elegem o mais velho, embora isso não conste no regimento. Esse trecho na narrativa torna evidente que, além de observar e entrevistar, o repórter também pesquisou documentos. Isso deu credibilidade a um questionamento ousado: “Por que simular uma eleição cujo resultado é conhecido?”.

Mais adiante, o texto também discorre sobre o papel da comunicação, através da criação da TV Senado: “Sem a TV Justiça, criada nos anos 90, muita coisa ficava entre quatro paredes”. Em seguida, traz depoimentos que afirmam que a TV ajudou o órgão a ser mais transparente, enquanto outros dizem que criou um palanque para ministros se tornarem celebridades. Este é um dos conflitos apontados, somados a curiosidades sobre a rotina no local e a vida de cada ministro.

Os fragmentos são apresentados com ideias ambíguas, como em: “Nas segundas e sextas-feiras não há julgamentos. Cada ministro, nisso como em tudo, faz o que lhe aprouver”. Na frase “nisso como em tudo”, referindo-se a “faz o que lhe aprouver”, fica subentendido que, embora tenham uma função específica e importante, costumam fazer o que querem, contrariando seu propósito no cargo. Essa ideia se torna ainda mais clara em outro trecho, no qual, mesmo sendo outro dia da semana, a sessão não ocorre por não ter o número mínimo de participantes necessário: “É o começo de uma noite de quinta-feira. Não houve a costumeira sessão plenária da tarde, por falta de quorum”.



Essas informações são conflitadas com dados de benefícios recebidos – tratados pela narrativa como “mordomias”:

Os ministros dispõem de infraestrutura, remuneração e mordomias excelentes. O orçamento do Supremo para este ano é de 510 milhões de reais. Trabalham lá, no prédio principal e nos dois anexos, 1 135 servidores concursados, 1 250 terceirizados e 176 estagiários. A frota tem 70 veículos, que gastam 35 mil de combustível e rodam cerca de 13 mil quilômetros por mês. Dezenove deles – os Ôegas de luxo – são para os onze ministros. O salário de um ministro é de 26 mil reais. O presidente recebe uma gratificação adicional de 1 700 reais. E os que atuam cumulativamente no Tribunal Superior Eleitoral recebem *jeton* de 3 mil. Continuam recebendo depois que se aposentam, e também depois que morrem, por seus dependentes. (PIAUÍ, AGOSTO DE 2010, p. 43).

O repórter vai além dos dados e parece ter pesquisado toda a história particular, mas relacionada de alguma forma ao tema principal, como a ameaça de destituição do ministro Marco Aurélio, por alterar o conteúdo de uma decisão colegiada. O caso era um pedido de *habeas corpus* para um oficial da Aeronáutica flagrado com 33 quilos de cocaína. De acordo com a narrativa, cabia a ele a redação do acórdão, considerando ilegal a prisão preventiva, por excesso de prazo, assegurando ao acusado o direito de aguardar o julgamento em liberdade. Até então, não há nada de errado, mas o conflito aparece no termo acrescentado por Marco Aurélio:

“Torno definitiva a liminar, para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento dos citados processos e, na hipótese de condenação, a imutabilidade do ato processual formalizado.” Em outros termos: ele dizia que o réu deveria ficar em liberdade mesmo em caso de condenação. (PIAUÍ, AGOSTO DE 2010, p. 43).

O oficial foi condenado a 17 anos de prisão e, mesmo após muitas discussões, o ministro não alterou sua posição. Mais do que isso, a narrativa justifica a importância de contar o caso: “Pouquíssima gente soube da história fora do Supremo”.

A apuração também buscou casos em que os próprios ministros, supostos exemplos de justiça, estão envolvidos em ações judiciais:

O outro caso, em que os valores são muito maiores, é o do ministro Eros Grau. Ele exerceu grande parte do mandato sob a vigência uma sentença que o condenou a devolver 2,7 milhões de reais ao erário paulista por contratos ilegais com o Metrô. A sentença foi proferida em 19 de setembro de 2005, quando Grau já estava no Supremo, pela juíza Alexandra Fuchs de Araújo, de São Paulo. A juíza considerou parcialmente procedente uma ação popular do advogado e ex-deputado Samir Achôa contra contratos administrativos firmados entre o Metrô e escritórios de advocacia, entre eles o de Eros Grau. Ele foi contratado, entre 1992 e 1998, pelo critério da notória especialização, que dispensaria o processo licitatório. Os valores pagos pelo Metrô ao escritório de Grau somaram 4,8 milhões de reais. (PIAUÍ, AGOSTO DE 2010, p. 46).



A apuração vai além disso. Expõe que além de ter continuado no cargo, mesmo sob a sentença decretada, ainda julga um caso parecido como improcedente:

[...] A mudança da sentença, no entanto, foi feita quase quatro anos depois, em julho de 2009. O que significa que Grau esteve cinco anos *sub judice* como ministro do Supremo. Nessa situação, não se declarou suspeito quando foi relator de uma ação penal pública muito semelhante, que questionava a legalidade da contratação emergencial de advogados por uma prefeitura catarinense. O ministro considerou a ação penal improcedente. (PIAUI, AGOSTO DE 2010, p. 46).

Portanto, com passos que os editores apontam como cuidadosos, muitas vezes a piauí chegou à frente e, reiterando, embora seja publicada mensalmente, vários temas repercutem e se transformaram em manchete de jornais diários. Justificando essa curiosidade, a autodefinição do veículo é a preferência por desconfiar de quem não tem dúvida. A análise das reportagens sugere um diagnóstico semelhante à sugestão de Medina:

Assim, a percepção e observação do real, disciplinadas para a narrativa da complexidade, neutralizam o comodismo simplificador das fórmulas de trabalho (do tipo responder esquematicamente ao quem, o quê, onde, quando, como e porquê). (MEDINA, 1996, p. 33).

De modo geral, as narrativas trazem consigo reflexões comuns, conflitos sociais e culturais, apontam incoerências e contradições. Um objetivo claro de causar estranhamento em relação a uma situação aparentemente estável. Isso só é possível através da apuração. O desconhecido ou o oculto só serão descobertos com questionamentos, apreensões, inquietações e com insistência. Esse é o papel do repórter e a execução dessa tarefa prescinde de uma boa apuração como também, conseqüentemente, é sinônimo do bom jornalismo.

### **Considerações finais**

A proposta da piauí é constituir uma revista diferenciada. Trata-se de uma aspiração ousada, mas, como é possível perceber através da análise, tampouco surpreendente. Trata-se de propor bons temas, até mesmo conhecidos, mas que não esgotaram as possibilidades de apuração, e aí sim escrever as narrativas como quem conta boas histórias. Nada além de um jornalismo de qualidade. Surpresa seria se isso não acontecesse mais e o fazer jornalístico se encerrasse de vez nas salas de redação, através do telefone e da internet.



Além disso, também é preciso reconhecer que o jornalismo de qualidade não é privilégio somente da revista estudada. Lançar um olhar sobre a imprensa, inclusive sobre a *piauí*, é admitir as imperfeições, mas reconhecer as potencialidades.

Ao apertarmos o passo rumo à compreensão da revista, já que é tema de meus atuais estudos, percebemos os repórteres mais uma vez na rua, à moda antiga, percorrendo trajetos arenosos, pedregosos, subindo morros, escalando a realidade social – como um epítáfio das narrativas proclamadas por Walter Benjamin e a exemplo de conclamados repórteres como João do Rio, no início do século XX. Benjamin ainda na década de 1930 assinalava que a arte de narrar encaminhava-se para o fim, justamente porque as ações da experiência humana estavam em baixa. Apesar disso, sua perspectiva era otimista e, de fato, exemplos como estes mantêm a proposta contemporânea.

Sobretudo, entendemos a apuração como um passo indispensável e norteador da atividade jornalística. Porém, nem todos os veículos de comunicação e profissionais possuem tempo e os mesmos recursos financeiros para buscar tantas minúcias. Isto depende da política editorial, do tempo e de todos os fatores citados por Tuchman (1983), ao explicar o jornalismo a partir do Newsmaking. Apesar disso, as limitações não justificam erros e incoerências e é preciso considerar também a sensibilidade e o olhar arguto do repórter sobre a realidade. O que leu, ouviu e como encara cada personagem e pauta.

Como também é possível notar, os passos do repórter estão ali, impressos junto com o texto. Isso deixa o método mais evidente e aumenta a credibilidade da narrativa. Nessa perspectiva, ao invés de buscar estratégias de afastamento e o apagamento das marcas de enunciação, a *piauí* propõe a autoria. Ou seja, o autor está ali, presente na forma do “eu”, relatando o que viveu.

Em ambos os casos, buscando uma estratégia de aproximação ou afastamento, a narrativa continua sendo uma escolha, de trechos e personagens mais importantes. Os caminhos são muitos, alguns dos quais buscamos traçar neste artigo. O importante é reconhecer que não há melhor ou pior, mas um manancial de possibilidades. Não faltam expectativas e o resultado deve ser, sempre, o bom e velho jornalismo a serviço do público.



## Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MEDINA, Cremilda. **O povo e personagem** Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ciência e jornalismo**: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e Literatura**. Porto Alegre: Já, 2008.

REVISTA PIAUÍ. **Mídia**. Disponível em:  
<<http://www.revistapiaui.com.br/images/download/pdf/midia.pdf.shtml>>. Acesso em:  
09 set. 2009.

REVISTA PIAUÍ. São Paulo: Alvinegra, n. 25, novembro 2008. Mensal. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-25/anais-de-brasilia/o-caseiro>. Acesso em 20 mai. 2011.

REVISTA PIAUÍ. São Paulo: Alvinegra, n. 34, julho 2009. Mensal.

REVISTA PIAUÍ. São Paulo: Alvinegra, n. 47, agosto 2010. Mensal.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa tomo I**. Campinas: Papyrus, 1994.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo I**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudo sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983.